

HABEAS CORPUS Nº 493.427 - PR (2019/0042652-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANDRE LUIS AQUINO DE ARRUDA
ADVOGADO : ANDRE LUIS AQUINO DE ARRUDA - AC002577
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSE ROBERTO FABRI MONTEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSÉ ROBERTO FABRI MONTEIRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no *Habeas Corpus* n.º 0054187-10.2018.8.16.0000.

Consta do autos que o Paciente foi preso em **flagrante**, em **07/03/2018**, sendo posteriormente denunciado como incurso nos arts. 33, *caput*, c.c. o art. 35, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois, em tese, em conjunto com outros acusados, teriam comercializado aproximadamente **1.040 kg (um quilo e quarenta gramas) de "cocaína"**.

A prisão foi convertida em preventiva.

O pedido de revogação da custódia foi indeferido.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte estadual, em acórdão assim ementado (fl. 441):

"HABEAS CORPUS – CRIME – DELITO PREVISTO ARTIGO 33, CAPUT, E ARTIGO 35, CAPUT, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06 - PRISÃO PREVENTIVA – FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO – PEDIDO DE EXTENSÃO DA LIBERDADE CONCEDIDA AO CORRÉU – IMPOSSIBILIDADE – CIRCUNSTÂNCIAS DE CARÁTER PESSOAL DIVERSAS – PACIENTE REINCIDENTE ESPECÍFICO - RECOLHIMENTO AO ERGÁSTULO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - NÃO RECOMENDÁVEL A APLICAÇÃO DE QUALQUER OUTRA MEDIDA PREVISTA NO ARTIGO 319 DO CPP – DECISÃO FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO EM FUNÇÃO DA SUPOSTA DEMORA PARA O ENCERRAMENTO DA AÇÃO PENAL – NÃO CONFIGURADO – PROCESSO QUE SEGUE SEU REGULAR ANDAMENTO - PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. ORDEM DENEGADA."

Neste *writ*, o Impetrante alega a inexistência de indícios de autoria delitiva, pois *"as drogas encontradas na diligência referem-se a João Paulo Aguiar da Silva, o qual CONFESSOU A PROPRIEDADE DAS MESMAS"* (fl. 8).

Sustenta a ausência dos requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera a desproporcionalidade da medida restritiva, pois configura-se mais gravosa do que a advinda de eventual condenação.

Argumenta que o Paciente *"é primário, empresário, trabalhador honesto, arrimo de família, possui residência fixa"* (fl. 19). E ainda registra que *"foi diagnosticado com pneumonia e serão realizados mais exames a fim de se averiguar se o mesmo está com tuberculose pois apresenta quadro clínico da referida doença"* (fl. 31).

Por fim, aduz a suficiência da imposição de cautelares alternativas, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Preliminarmente, frisa-se que a análise da negativa de autoria é incompatível com os limites cognitivos da presente ação, uma vez que, nos termos da jurisprudência desta Corte, *"[o] habeas corpus não é a via adequada para a discussão de questões que demandam o reexame do conjunto fático-probatório, como, por exemplo, o pedido de absolvição por insuficiência de provas, assim como a pretensão subsidiária de desclassificação do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06 para o delito descrito no art. 28 do mesmo diploma legal"* (HC 161.604/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 14/11/2014).

No que se refere à necessidade da prisão cautelar, observa-se que o Magistrado de piso, ao indeferir o pedido de revogação da custódia provisória, valeu-se da seguinte fundamentação (fl. 445; sem grifos no original):

"[...] No presente caso, a decisão que decretou a prisão preventiva apontou que está presente o fumus comissi delicti, com indicação da materialidade do fato e devida fundamentação. Nada obstante, em que pese argumentação contrária da defesa, **fora também motivada na existência de indícios suficientes de autoria, pois o denunciado foi detido juntamente com outros elementos na posse de elevada quantidade de droga, além de instrumentos que denotam a prática de tráfico de drogas pelo grupo.**

[...]

Assim, apesar do caráter excepcional da prisão preventiva, revela-se prematura a revogação nesta oportunidade, **porque a custódia do indiciado interessa à garantia da ordem pública, especialmente porque seus antecedentes dão conta de que responde processo pela prática de tráfico de drogas perante a 4ª Vara Criminal desta Comarca.** [...]"

Por sua vez, a Corte estadual, ao julgar a impetração originária, apresentou as seguintes razões (fl. 446):

"[...] A par dos elementos informativos retro, **evidente a gravidade concreta da conduta, em tese, praticada pelo paciente, a princípio consubstanciada na quantidade da droga apreendida cerca de 1.040 Kg (um quilo e quarenta gramas) da substância conhecida como 'cocaína', corroborado pelas investigações que apontam que os denunciados teriam adquirido a droga fins de comercialização.**

Acrescente-se que na residência do ora paciente José Roberto foi apreendida uma balança de precisão e 02 sacos contendo centenas de tubos 'eppendorfs' vazios, objetos utilizados para a preparação e acondicionamento da droga.

Aliado a isso, a ação foi supostamente praticada em concurso de agentes contando com logística articulada e organizada, o que demonstra, no atual sumário âmbito de cognição, sua periculosidade social.

[...]

De mais a mais, David Pablo dos Santos é tecnicamente primário, (mov. 13.2) ao passo que o paciente é reincidente específico, com condenação perante a 4ª Vara Criminal de Londrina, autos nº 0008859-59.2011.8.16.0014, (mov. 180.1). [...]"

Como se percebe, os fundamentos da segregação cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e quantidade da droga apreendida, bem como no confisco de materiais ilícitos comumente empregados no tráfico de entorpecentes, a revelar a necessidade de

acautelar a ordem pública.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que "[a]presentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, explicitada na razoável quantidade, a variedade e a natureza das substâncias apreendidas, não se há falar em ilegalidade do decreto prisional." (HC 451.934/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 16/11/2018).

Ademais, verifica-se a existência de registros criminais em desfavor do ora Paciente – referentes a condenação pelo crime de tráfico de drogas, na Quarta Vara Criminal de Londrina – o que, em uma primeira análise, reforça a necessidade da prisão cautelar para a garantia da ordem pública.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo, a situação da custódia do Paciente, bem como a cópia do decreto prisional.

Oficie-se a Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora